



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CHEFIA DE GABINETE DE PORTO VELHO CALAMA - PVCAL - CGAB

**EDITAL Nº 6/2017**

Processo nº 100907210599.000002/2017-29

**EDITAL Nº 06, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2017.**

A DIREÇÃO GERAL DO **CAMPUS PORTO VELHO CALAMA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**, por meio do DEPAE – Departamento de Assistência ao Educando, torna pública a **ABERTURA** do Edital Nº 06, de 03 de fevereiro de 2017, que versa sobre a concessão de auxílio financeiro através do **Programa de Concessão de Auxílio Transporte (PROCAT)**, destinado exclusivamente aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, matriculado no(s) curso(s) cursos de Graduação e Técnicos Subsequente e aos estudantes dos cursos Técnicos Integrados do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama

**1. DOS OBJETIVOS**

1.1 O presente edital visa ofertar auxílios estudantis, dentro dos Programas estipulados na Política de Assistência Estudantil do IFRO (Resolução 33/2014/CONSUP/IFRO), aos discentes regularmente matriculados no(s) curso(s) de Graduação e Técnicos Subsequentes e aos estudantes dos cursos Técnicos Integrados do IFRO – *Campus* Porto Velho Calama.

1.2 O Programa de Assistência Estudantil proposto neste Edital é o Programa de Concessão de Auxílio Transporte (PROCAT), que objetiva assegurar condições de locomoção do estudante socioeconomicamente vulnerável residente na cidade ou na zona rural, visando sua permanência e conclusão dos estudos.

**2. DOS AUXÍLIOS E VAGAS**

2.1 Os auxílios estudantis serão ofertados com recursos provenientes do Programa de Assistência Estudantil do IFRO, destinado aos estudantes devidamente matriculados e que atendam aos critérios previstos neste edital.

2.2 Serão disponibilizadas **280 vagas**, conforme o quadro a seguir:

<b>AUXÍLIOS</b>				
<b>PROGRAMA</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>Nº DE PARCELAS</b>	<b>VALOR MENSAL</b>	<b>TOTAL</b>
PROCAT – Porto Velho	265	09	80,00	190.800,00
PROCAT – Candeias do Jamary	15	09	135,00	18.225,00
<b>TOTAL GERAL DE VAGAS OFERTADAS</b>	<b>280</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>209.025,00</b>

2.3 O pagamento do auxílio será efetuado por meio de depósito em conta corrente pessoal do estudante.

2.4 O período de vigência será de **março a dezembro de 2017**, totalizando 09 parcelas do auxílio.

2.5 Nos meses com períodos não letivos, o pagamento dos auxílios será concedido em valores proporcionais.

2.6 As vagas não preenchidas poderão ser remanejadas para outra modalidade ou Programa de Assistência Estudantil.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 São requisitos para concorrer ao PROCAT:

a) Estar devidamente matriculado em cursos especificados no subitem 1.1 deste Edital e matriculados em todas as disciplinas obrigatórias no semestre (os alunos que estiverem matriculados exclusivamente em regime de dependência e na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso não poderão participar deste Edital);

b) Não estar sob sanção por falta grave em processo disciplinar transitado e julgado, conforme Regulamento Disciplinar Discente vigente, estando sujeito à análise da Comissão designada para seleção deste Edital.

c) Não ter impedimento jurídico ou inadimplência com a Instituição;

d) Comprovar renda per capita familiar de até 1,5 salário mínimo mensal;

e) Residir a mais de 01 Km de distância do *Campus* Porto Velho Calama e fazer uso de transporte público/coletivo.

3.2 Caso o estudante seja menor de idade, a inscrição deverá ser realizada pelos pais e/ou responsáveis, ciente do compromisso de informar corretamente os dados solicitados.

3.3 O comprovante de residência deverá estar no nome do aluno ou responsável, em caso de imóvel alugado ou cedido deverá ser apresentado documento de comprovação (contrato ou declaração do proprietário com firma reconhecida).

3.4 As informações prestadas na inscrição, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do estudante.

3.5 A Comissão responsável pela análise da documentação poderá realizar consulta em serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da terra oferecido de maneira gratuita na web de modo a verificar as informações de endereço dos estudantes bem como realizar visitas domiciliares, conforme item 9.2.

3.6 Para se inscrever o estudante deverá:

a) Preencher o formulário de inscrição disponível em: [www.adacode-ro.com.br/depae/](http://www.adacode-ro.com.br/depae/)

b) Caso convocado para a 2ª Fase entregar os documentos descritos no ANEXO I após a convocação no período indicado no cronograma, **item 10** deste Edital, no DEPAE.

c) Os anexos do Edital estarão disponíveis no DEPAE no período de 02 a 08/03/2017.

3.7 No ato da entrega dos documentos, deverão ser apresentados os documentos originais juntamente com as cópias para conferência.

3.8 O estudante poderá concorrer a apenas uma vaga do total ofertado.

### 4. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

4.1 Os estudantes serão classificados conforme os critérios apresentados a seguir:

CRITÉRIO	PRÉ-REQUISITO	PONTUAÇÃO
1.	Comprovar pertencer à unidade familiar que possuir menor renda per capita. (Ver no item 4.2)	50
	Comprovar residência <b>BAIRROS</b> : Roque, Tucumanzal, Rasgado, Santa Barbara, Mocambo, Baixa da União, Triângulo, Nacional, Tupi, Lagoa, Floresta, Eldorado, Aeroclube, Cohab, Castanheira, Caladinho, Nova Floresta, Conceição, Cidade do Lobo, Eletronorte, Novo Horizonte, Areia Branca, Tancredo Neves,	

2.	Juscelino Kubitscheck-JK, Tiradentes, Cascalheira, Escola de Polícia, Teixeira, Planalto, Lagoinha, Três Marias, Cidade Nova, Marcos Freire, Socialista, Ullisses Guimarães, Ronaldo Aragão, Jardim Santana, Mariana, São Francisco, Pantanal, Esperança da Comunidade, Maringá, Bairro Novo, Rosalina de Carvalho, São Jorge, Nova Esperança e Cidade Jardim. <b>VILAS:</b> Da Preguiça, Princesa e Rio Pardo. <b>DISTRITOS:</b> Mutum Paraná, Jaci-Paraná, Fortaleza do Abunã, Nova Califórnia, São Carlos, Abunã, Vista Alegre do Abunã, Demarcação, Nazaré, Calama e Extrema. <b>ZONA RURAL.</b>	10
3.	Famílias que residem em imóveis alugados ou que possuem imóvel financiado por algum programa do governo.	10
4.	Candidato ou membro da família com alguma deficiência ou doença crônica comprovada por laudo médico.*	10
5.	Família participante de Programas Sociais do Governo Federal, Estadual ou Municipal com comprovação atualizada, tais como: Benefício de Prestação Continuada; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados; Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem; Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; Demais programas de transferência condicionada de renda implementada por Estados, Distrito Federal ou Municípios.	10
6.	Família que tenha 03 ou mais crianças de 0 a 12 anos.	10
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA</b>		<b>100</b>

\*Considera-se pessoa com deficiência aquela identificada no Decreto nº 3.298/1999 e suas atualizações.

4.2 A pontuação referente ao critério 01 será computada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Até R\$ 200,00 por pessoa	50
De R\$ 201,00 a R\$ 400,00 por pessoa	40
De R\$ 401,00 a R\$ 600,00 por pessoa	30
De R\$ 601,00 a R\$ 900,00 por pessoa	20
De R\$ 901,00 a R\$ 1.420,50 por pessoa	10
Acima de R\$ 1.420,50 por pessoa	DESCCLASSIFICADO

4.3 Para cálculo da renda per capita será levado em consideração a renda bruta familiar mensal, considerando o salário base e as gratificações permanentes, nos casos de trabalhadores assalariados.

4.4 Para cálculo da renda bruta familiar estão excluídos, de acordo com o Art. 7º, § 2º da Portaria 18, de 11 de outubro de 2012:

a) os valores percebidos a título de:

- auxílios para alimentação e transporte;
- diárias e reembolsos de despesas;
- adiantamentos e antecipações;
- estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- indenizações decorrentes de contratos de seguros;
- indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial;

b) os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
- Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;
- Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência;
- Demais programas de transferência condicionada de renda implementada por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

4.5 O recebimento de qualquer valor proveniente de pensão alimentícia por qualquer um dos membros da composição familiar deverá ser considerado no cálculo de renda bruta familiar

4.6 No caso de haver empate, serão considerados os seguintes critérios sucessivamente:

- a) Comprovar pertencer à unidade familiar que possuir menor renda per capita;
- b) Maior número de pessoas na família;
- c) Ocorrência de pessoa com deficiência ou doença crônica no grupo familiar.

4.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os períodos estipulados para inscrição, recursos, assinatura do termo de compromisso e entrega dos dados bancários, respeitando-se os prazos para cada etapa.

4.8 Será excluído do processo seletivo o estudante que:

- a) Não cumprir com as condições previstas neste edital;
- b) Não comprovar as informações registradas na inscrição.
- c) Perder os prazos estabelecidos pelas convocações;
- d) Prestar informações falsas na inscrição.

## 5. DOS RESULTADOS

5.1 O Resultado Preliminar da 1ª Fase consiste na divulgação da lista de classificação com base no número de vagas disponíveis (conforme item 2.2) e lista de Convocação para a 2ª Fase, sendo passível de alterações após análise de recursos.

5.2 O Resultado Final da 1ª Fase consiste na divulgação da lista final de selecionados para a 2ª Fase, após análise dos recursos com base no número de vagas disponíveis, não sendo possível interpor recurso. Após a análise da documentação comprobatória pela Comissão, a classificação do estudante pode sofrer alteração na 2ª Fase, se houver divergência entre as informações prestadas na inscrição e comprovação destas.

5.3 Serão convocados para a 2ª Fase os inscritos classificados dentro do número de vagas previsto neste Edital, incluindo no mínimo 30% deste número.

5.4 O Resultado Preliminar da 2ª Fase consiste na divulgação da lista de classificação com base no número de vagas disponíveis (conforme item 2.2) e lista do Cadastro Reserva, sendo passível de alterações após análise de recursos.

5.5 O Resultado Final da 2ª Fase consiste na divulgação da lista final de selecionados e da lista do Cadastro Reserva, após análise dos recursos com base no número de vagas disponíveis, não sendo possível interpor recurso.

5.6 Em caso de desistência ou exclusão de algum selecionado, haverá em qualquer tempo, convocação imediata do estudante seguinte no cadastro reserva, conforme ordem de classificação, sendo disponibilizado o auxílio do período de inserção do discente até a vigência deste edital.

## **6. DOS RECURSOS**

6.1 É assegurado, após a divulgação dos Resultados Preliminares, o pedido de recurso, que deverá ser protocolado conforme cronograma previsto no **item 10** deste edital e entregue no Departamento de Assistência ao Educando.

6.2 O requerimento de recurso deverá ser interposto exclusivamente pelo estudante inscrito ou pelos pais ou responsáveis, para os menores de 18 anos.

6.3 Os recursos deverão ser devidamente preenchidos, fundamentados e instruídos, e serão dirigidos à Comissão de Análise das Inscrições dos Editais/PAE.

6.4 Não será aceito recurso mediante inclusão, supressão e/ou alteração de documentos, bem como inserção de novos dados e/ou de membros familiares.

6.5 Eventuais recursos contra o Resultado Preliminar poderão alterar a classificação inicial dos estudantes após análise.

6.6 Não haverá a possibilidade de apresentação de contra recurso.

## **7. DO CADASTRO RESERVA**

7.1 O processo de seleção destina-se ao preenchimento de até 280 vagas de estudante para recebimento de auxílio, conforme subitem 2.2 do presente Edital; serão convocados estudantes além do número de vagas para entrega da documentação, conforme subitem 5.3 do presente Edital, ficando os alunos classificados e não selecionados, em cadastro reserva, durante a vigência deste Edital.

## **8. DA ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO**

8.1 Após a divulgação do resultado final de seleção os estudantes selecionados deverão assinar o Termo de Compromisso referente ao auxílio ofertado. Caso o aluno seja menor de 18 anos, deverá ser acompanhado por seus pais ou responsável legal.

8.2 O dia e horário para entrega do Termo de Compromisso será conforme disposto no item 10 deste Edital.

8.3 Somente após a assinatura do Termo de Compromisso o estudante estará apto ao recebimento do auxílio oferecido.

8.4 No ato da assinatura do Termo de compromisso o estudante deverá apresentar cópia de comprovante de abertura ou comprovante de titularidade de conta bancária (cópia do cartão ou extrato de conta). Não serão aceitas contas:

- a) Tipo poupança;
- b) Com mais de um titular ou;
- c) Abertas com CPF diferente do estudante beneficiário.

§1º O aluno selecionado ou responsável que não comparecer na reunião para entrega do termo de compromisso, conforme item 10, poderá justificar sua ausência em até 02 dias úteis após a data; a justificativa deverá ser formalizada de maneira escrita, entregue ao DEPAE e será analisada pela Comissão Portariada, caso não haja justificativa o estudante perderá o direito de recebimento do auxílio.

8.5 Durante o processo de pagamento dos auxílios financeiros havendo problemas nas contas bancárias, os alunos ou responsáveis serão convocados e notificados devendo sanar os problemas, ficando o pagamento retido até a resolução do caso.

## **9. DA PERMANÊNCIA NO PROGRAMA**

9.1 O estudante, para garantir seus benefícios, deverá:

- a) Ter matrícula regular;
- b) Ter frequência de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total da carga horária das disciplinas cursadas.
- c) Não ter sua condição socioeconômica alterada durante o período de concessão do auxílio;

9.2 A qualquer tempo poderão ser efetuadas, pelo DEPAE, através da Comissão Portariada, novas entrevistas, visitas domiciliares e/ou solicitação de documentação para acompanhamento da situação do estudante beneficiado pelo programa e, quando necessário, será reavaliada a situação de vulnerabilidade social para continuidade na percepção do auxílio, apresentando as condições exigidas para o correto recebimento.

9.3. O auxílio concedido poderá ser cancelado em qualquer época, nas seguintes situações:

Por solicitação do próprio estudante;

- a) Pelo não cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Compromisso;
- b) Por abandono do curso ou trancamento de matrícula;
- c) Conclusão do curso durante o período de vigência do benefício financeiro;
- d) Constatação de não veracidade das informações fornecidas pelo beneficiado;
- e) Quando a realidade socioeconômica do grupo familiar for alterada, descaracterizando a condição de vulnerabilidade socioeconômica do estudante.

9.4 Denúncias de fraude e má-fé nas informações prestadas e documentos entregues poderão ser realizadas ao Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) do *Campus* a qualquer tempo.

9.5 Comprovada a má-fé ou omissão nas informações declaradas, o estudante perde o direito ao recebimento do benefício financeiro e pode responder penalmente pelo uso indevido de recurso público.

9.6 O desligamento do programa, por solicitação do estudante ou por determinação do Departamento de Assistência ao Educando-DEPAE, será efetivado por meio de declaração de desligamento, assinada pelo próprio estudante e, em caso de estudantes menores de 18 (dezoito) anos, pelos pais ou responsável legal.

9.7 Em caso de cancelamento do benefício de algum estudante, deverá ser chamado o próximo classificado em cadastro reserva para concessão do auxílio.

## 10. DO CRONOGRAMA

10.1 O Processo Seletivo será realizado em conformidade com o seguinte cronograma:

EVENTO	DATA	LOCAL
<b>Divulgação do Edital.</b>	06 a 08/02/2017	Murais do <i>Campus</i> Porto Velho Calama e no site: <a href="http://www.ifro.edu.br/">http://www.ifro.edu.br/</a> e no site da inscrição: <a href="http://www.adacode-ro.com.br/depae/">www.adacode-ro.com.br/depae/</a>
<b>Período de Inscrição.</b>	De 09 a 16/02/2017	Disponível em: <a href="http://www.adacode-ro.com.br/depae/">www.adacode-ro.com.br/depae/</a>
<b>Divulgação do Resultado Preliminar 1º Fase e Convocação para 2º Fase.</b>	Até 20/02/2017	Murais do <i>Campus</i> Porto Velho Calama e no site: <a href="http://www.ifro.edu.br/">http://www.ifro.edu.br/</a> e no site da inscrição: <a href="http://www.adacode-ro.com.br/depae/">www.adacode-ro.com.br/depae/</a>
<b>Impetrar Recurso contra o Resultado Preliminar 1º Fase e Convocação para 2º Fase.</b>	21 e 22/02/2017	DEPAE – Departamento de Assistência ao Educando do <i>Campus</i> Porto Velho Calama.
<b>Resultado Final 1º Fase, respostas dos recursos e Convocação Final para 2º Fase.</b>	Até 24/02/2017	Murais do <i>Campus</i> Porto Velho Calama e no site: <a href="http://www.ifro.edu.br/">http://www.ifro.edu.br/</a> e no site da inscrição: <a href="http://www.adacode-ro.com.br/depae/">www.adacode-ro.com.br/depae/</a>
<b>Entrega de documentos conforme</b>	De 02 a	DEPAE – Departamento de

<b>Entrega de documentos conforme Convocação.</b>	De 02 a 08/03/2017	Assistência ao Educando do <i>Campus</i> Porto Velho Calama.
<b>Divulgação do Resultado Preliminar 2º Fase.</b>	Até 10/03/2017	Murais do <i>Campus</i> Porto Velho Calama e no site: <a href="http://www.ifro.edu.br/">http://www.ifro.edu.br/</a> e no site da inscrição: <a href="http://www.adacodero.com.br/depae/">www.adacodero.com.br/depae/</a>
<b>Impetrar Recurso contra o Resultado Preliminar 2º Fase.</b>	13 e 14/03/2017	DEPAE – Departamento de Assistência ao Educando do <i>Campus</i> Porto Velho Calama.
<b>Resultado Final 2º Fase, respostas dos recursos e convocação para entrega de documentos.</b>	Até 15/03/2017	Murais do <i>Campus</i> Porto Velho Calama e no site: <a href="http://www.ifro.edu.br/">http://www.ifro.edu.br/</a> e no site da inscrição: <a href="http://www.adacodero.com.br/depae/">www.adacodero.com.br/depae/</a>
<b>Reunião com alunos/ responsáveis selecionados para assinatura/entrega do termo de compromisso e dados bancários.</b>	17/03/2017- 19:00 18/03/2017- 09:00	Auditório do <i>Campus</i> Porto Velho Calama.

## 11. HORÁRIO DE ATENDIMENTO

De segunda a sexta-feira, nos horários de:

11.1 Período Matutino: 8h00min às 11h00min

11.2 Período Vespertino: 14h00min às 17h00min

11.3 Período Noturno: 19h00min as 21h00min

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Este edital fica sujeito a alterações que serão divulgadas em notas complementares publicadas no site e afixadas no mural do *Campus*.

12.2 A inscrição do candidato implicará conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste Edital e em outros que vierem a complementá-lo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.3 Os candidatos têm garantia de total sigilo das documentações e informações prestadas ao Departamento de Assistência ao Educando.

12.4 A qualquer tempo este Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou por falta de disponibilidade orçamentário-financeira, sem que isso implique direito de indenização de qualquer natureza.

12.5 As dúvidas e/ou omissões acerca do presente Edital serão dirimidas pelo DEPAE, através da Comissão Portariada.

12.6 O presente edital entra em vigor a partir de sua publicação.

Porto Velho, 03 de fevereiro de 2017.

**MARCOS APARECIDO ATILES MATEUS**

Diretor-Geral do *Campus* Porto Velho Calama

Portaria N.º 136 GR/IFRO de 10/02/2014



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aparecido Atilés Mateus, Diretor(a) Geral**, em 03/02/2017, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ifro.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0002677** e o código CRC **A5487824**.

---

### ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I - Edital nº 5, DE 03 de fevereiro de 2017

Para acessar Clique no Link SEI:

0002679

ANEXO II - Edital nº 5, DE 03 de fevereiro de 2017

Para acessar Clique no Link SEI:

0002681

ANEXO III - Edital nº 5, DE 03 de fevereiro de 2017

Para acessar Clique no Link SEI:

0002683

ANEXO IV - Edital nº 5, DE 03 de fevereiro de 2017

Para acessar Clique no Link SEI:

0002685

ANEXO V - Edital nº 5, DE 03 de fevereiro de 2017

Para acessar Clique no Link SEI:

0002687

ANEXO VI - Edital nº 5, DE 03 de fevereiro de 2017

Para acessar Clique no Link SEI:

0002689

ANEXO VII - Edital nº 5, DE 03 de fevereiro de 2017

Para acessar Clique no Link SEI:

0002691



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO – DEPAE

## ANEXO I DOCUMENTAÇÃO

O candidato deverá entregar os documentos (original e cópia) abaixo relacionados, de **TODOS** (inclusive o (a) estudante) os componentes da família declarados no momento da inscrição.

**As declarações deverão ser assinadas pelo declarante.**

### **1. DOCUMENTOS PESSOAIS DE TODOS DA FAMÍLIA (INCLUINDO O CANDIDATO):**

I – RG (para os maiores de 18 anos);

II – Certidão de Nascimento ou RG (para os menores de 18 anos);

III – CPF (para os maiores de 18 anos);

IV – Comprovação de Estado Civil (dos responsáveis e do próprio candidato): Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (esta última tanto pode ser feita pelo cartório quanto redigida e assinada pelo casal e duas testemunhas);

V – Comprovante de residência no nome do aluno ou responsável, em caso de imóvel alugado ou cedido deverá ser apresentado documento de comprovação (declaração do proprietário com firma reconhecida).

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (para todos os membros da família maiores de 18 anos):

a) página com a foto;

b) página com os dados pessoais do trabalhador;

c) página do último registro de contrato de trabalho e a página seguinte em branco.

### **OBSERVAÇÃO:**

1. Caso não tenha nenhum registro em Carteira, xerox da primeira página do Contrato de Trabalho em branco.

2. Quem não possuir Carteira de Trabalho deve apresentar protocolo de solicitação deste documento ou declaração devidamente assinada e datada, informando a inexistência do mesmo.

### **2. DOCUMENTOS RELACIONADOS À RENDA:**

#### **2.1 Trabalhadores Assalariados**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO – DEPAE

- Declaração de Renda (ANEXO II);
- Folha de Pagamento/contracheques (2 últimos meses);
- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda, este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

### **2.2 Menor Aprendiz, Bolsista, Estagiário renumerado**

- Declaração de Renda (ANEXO II);
- Folha de Pagamento/contracheques (2 últimos meses);
- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda, este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

### **2.3 Profissionais autônomos e profissionais liberais**

- Declaração de Renda (ANEXO II), fornecida pela própria pessoa, usando a média de renda mensal utilizando os rendimentos dos últimos 6 (seis) meses para encontrar a média.
- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda, este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>
- Cópia do carnê mensal de contribuição do INSS, referente ao último mês, quando for o caso;
- Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas, quando for o caso;
- Registro/ Identificação/ Inscrição de atividades como pesca, venda ambulante, artesanato, feira livre e correlatas, quando for o caso.

### **2.4 Comerciantes com estabelecimento próprio e Microempreendedores Individuais**

- Declaração de Renda (ANEXO II), fornecida pela própria pessoa, usando a média de renda mensal utilizando os rendimentos dos últimos 6 (seis) meses para encontrar a média.
- Relatório anual/mensal emitido pelo contador, baseado nas notas fiscais;
- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO – DEPAE

este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço:  
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

### **2.5 Trabalhador Rural**

- Declaração de Renda (ANEXO II);
- DECORE fornecida pelo contador ou documento equivalente, emitidos por órgãos oficiais (EMATER ou órgão equivalente, Sindicato dos Produtores Rurais, dentre outros), informando: nome do proprietário, RG, CPF e endereço; área e endereço da propriedade e de que maneira faz uso da terra (o que produz) e ainda qual a renda mensal;
- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda, este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço:  
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

### **2.6 Pessoa com renda proveniente de rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens e imóveis**

- Declaração de Renda (ANEXO II);
- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver;
- Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

### **2.7 Aposentados, pensionistas, beneficiários do auxílio-doença ou do Benefício de Prestação Continuada – BPC**

- Declaração de Renda (ANEXO II);
- Comprovante atual do INSS contendo número do benefício, do que se trata o benefício e o valor do mesmo. O comprovante pode ser obtido através do link a seguir: <http://www8.dataprev.gov.br/SipaINSS/pagees/hiscre/hiscrelnicio.xhtml> (ou na agência do INSS);
- Servidores públicos aposentados deverão procurar o órgão competente para emissão de Contracheques dos últimos dois meses (Recursos Humanos, Secretaria de Planejamento ou outros);
- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO – DEPAE

este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

**OBSERVAÇÃO:** caso o(s) membro(s) da família aposentado(s) e ou pensionista(s) exerça(m) alguma atividade remunerada, é necessário apresentar a documentação comprobatória da ocupação exercida.

### **2.8 Desempregados a menos de 6 (seis) meses**

- Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho;
- Comprovante de recebimento de Seguro-Desemprego (quando houver);
- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda, este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>
- Declaração de Ausência de Renda, Anexo V (com firma reconhecida em Cartório, ou autenticada por servidor do DEPAE);

**OBSERVAÇÃO-** Para aqueles que desenvolvem alguma atividade remunerada informalmente, apresentar a documentação exigida para Profissionais autônomos e profissionais liberais, descritas neste Anexo.

### **2.9 Pessoa com renda proveniente exclusivamente de pensão alimentícia ou ajuda de familiares e terceiros**

- Declaração de Ausência de Renda (com firma reconhecida em Cartório, ou autenticada por servidor do DEPAE);
- Declaração de Pensão Alimentícia ou Declaração de Recebimento de Ajuda financeira de Familiares ou Terceiros (com firma reconhecida em Cartório, ou autenticada por servidor do DEPAE);
- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda, este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

### **2.10 Pessoa sem renda (maior de 18 anos)**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO – DEPAE

- Declaração de Ausência de Renda (com firma reconhecida em Cartório, ou autenticada por servidor do DEPAE);

- Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física-IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil (quando houver). Para quem não é declarante de imposto de renda, este comprovante pode ser obtido na página da Receita Federal no endereço: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

### **3. Documentos para comprovação de dados socioeconômicos**

– Caso a família e/ou algum componente do grupo familiar receba benefícios governamentais, apresentar cópia do comprovante de pagamento atualizado referente ao respectivo Programa Social (Benefício de Prestação Continuada; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados; Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem; Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; Demais programas de transferência condicionada de renda implementada por Estados, Distrito Federal ou Municípios);

– Comprovante de doença crônica, degenerativa ou de pessoa com necessidades específicas (relatório médico ou laudo médico), quando houver algum caso na família;

- Contrato de financiamento de imóvel por Programas Governamentais ou de Contrato de aluguel de imóveis.

### **4. Outros documentos**

- Comprovante de pagamento de Pensão Alimentícia;

- Certidão de óbito (caso os pais, responsáveis ou cônjuge/companheiro(a) sejam falecidos);

– Quando os pais ou responsáveis forem separados ou divorciados, apresentar cópia dos seguintes documentos:

a) comprovante de recebimento ou não recebimento de pensão alimentícia para aqueles que forem menores de 18 anos (utilizar anexo V);

b) Um dos documentos abaixo:

- termo de separação homologada pelo juiz;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO – DEPAE

- declaração original que comprove a situação de separação assinada por um dos pais e duas testemunhas;

A critério do DEPAE, através da Comissão Portariada, poderão ser solicitados outros documentos ou informações que julgar necessários.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO - DEPAE

**ANEXO II**  
**AUTODECLARAÇÃO DE RENDA**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, (especificar grau de parentesco) \_\_\_\_\_ da (o) aluna (o) \_\_\_\_\_, regularmente matriculada (o) no Curso Técnico \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ período/ano, modalidade \_\_\_\_\_, no IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus* Calama, DECLARO para os devidos fins de direito que:

- ( ) Sou Trabalhador Assalariado, com renda mensal de R\$\_\_\_\_\_.
- ( ) Sou Menor Aprendiz/Bolsista/Estagiário com remuneração com renda mensal de R\$\_\_\_\_\_.
- ( ) Sou Autônomo(a)/Profissional Liberal, com renda mensal média baseada nos últimos 06(seis) meses de R\$\_\_\_\_\_.
- ( ) Sou Comerciante com estabelecimento próprio/Microempreendedor Individual com renda mensal média baseada nos últimos 06(seis) meses de R\$\_\_\_\_\_.
- ( ) Sou Trabalhador Rural, com renda mensal de R\$\_\_\_\_\_.
- ( ) Sou Locador/Arrendatário de bens ou imóvel com renda mensal de R\$\_\_\_\_\_.
- ( ) Sou Aposentado/Pensionista/Beneficiário de Auxílio Doença/ Benefício de Prestação Continuada(BPC-LOAS) com renda mensal de R\$\_\_\_\_\_.

Declaro estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a):

**Crime de Falsidade Ideológica**

**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) declarante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO - DEPAE

ANEXO III  
AUTODECLARAÇÃO PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, \_\_\_\_\_ (nome do declarante), CPF nº \_\_\_\_\_, declaro sob as penas da lei que:  
( ) recebo pensão alimentícia no valor mensal de R\$ \_\_\_\_\_;  
( ) não recebo pensão alimentícia.

DADOS DE QUEM PAGA A PENSÃO (preenchimento obrigatório somente para quem recebe)  
Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Completo: \_\_\_\_\_  
Telefone(s): \_\_\_\_\_

DADOS DOS BENEFICIÁRIOS DA PENSÃO (preenchimento obrigatório somente para quem recebe)  
Nome: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_

Declaro estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito(a):  
**Crime de Falsidade Ideológica**  
**Art. 299** - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

Por ser verdade, dato e assino.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO – DEPAE

ANEXO IV  
AUTODECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE AJUDA FINANCEIRA DE  
FAMILIARES OU TERCEIROS

Eu, \_\_\_\_\_, (nome do declarante),  
portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito (a) no CPF sob o nº  
\_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da lei, para fins de  
apresentação ao IFRO *Campus* Calama, que não exerço nenhum tipo de atividade  
remunerada desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ sendo dependente, financeiramente de  
\_\_\_\_\_, que é  
\_\_\_\_\_(informar grau de parentesco da pessoa)  
sendo portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito (a) no CPF  
sob o nº \_\_\_\_\_.

Declaro ainda a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta  
declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou  
documentos falsos ou divergentes, implicarão em medidas judiciais, conforme **Art.299**  
**do Código Penal** brasileiro.

Autorizo o IFRO *Campus* Calama a averiguar as informações acima fornecidas.  
Por ser esta expressão da verdade, firmo e assino a presente autodeclaração para que a  
mesma produza seus efeitos legais e de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO – DEPAE

ANEXO V  
AUTODECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDA

Eu, \_\_\_\_\_ (nome do declarante), portador(a) do RG \_\_\_\_\_, e do CPF \_\_\_\_\_ declaro sob as penas da lei, que NÃO RECEBO atualmente, salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, aposentadorias, benefícios sociais, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, e quaisquer outros.

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da participação do(a) estudante nos Programas de Assistência Estudantil, bem como o cancelamento do auxílio, obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, quando for o caso, além das medidas judiciais cabíveis.

Por ser verdade, dato e assino.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA  
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO - DEPAE

**ANEXO VII**  
**TERMO DE COMPROMISSO**

Pelo presente Instrumento, eu \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ estudante regularmente matriculado (a) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus* Porto Velho, no Curso \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ ano/período, turno \_\_\_\_\_, comprometo-me a respeitar e cumprir as exigências estabelecidas no edital n.º \_\_\_\_\_ do Programa ( ) PROCAL ( ) PROCAT e no Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil – REPAE.

Estou ciente que deverei me comprometer a:

- Manter atualizados meus dados bancários e números de contatos;
- Usar o valor recebido para os fins especificados no Edital;
- Informar ao DEPAE em casos de abandono do curso ou trancamento de matrícula, pois os valores recebidos indevidamente serão devolvidos ao Erário Público por meio de Guia de Recolhimento da União.

A concessão do auxílio fica vinculada à assinatura do presente Termo de Compromisso, junto ao Departamento de Assistência ao Educando – DEPAE e à apresentação dos dados bancários.

No processo de pagamento do auxílio financeiro havendo problemas na conta bancária, o aluno ou responsável será convocado e notificado devendo sanar os problemas, ficando o pagamento retido até a resolução do caso.

**\*Anexar cópia da conta ou extrato bancário.**

Banco:	
Agência:	N.º da Conta Corrente:

Porto Velho - RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do estudante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do estudante  
(no caso de aluno menor de idade)